

ASPECTOS DA REPERCUSSÃO GERAL PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E SUA EFICÁCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

*Paulo Alexandre Becher Deiab Ribeiro¹
Rhenne Hamud Hamud²*

RESUMO

O presente estudo visa analisar a repercussão geral como novo requisito para admissão do recurso extraordinário constante do §3º do art. 102 da Constituição Federal, desde seu recepcionamento com a promulgação da Emenda Constitucional 45, até sua regulamentação proporcionada pela Lei 11.418 de 19/12/2006, que acrescentou os artigos 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, fornecendo o regramento técnico para o processamento dos recursos e demonstrando a importância das decisões para o fortalecimento do Poder Judiciário no controle de constitucionalidade pela via difusa. Analisa-se então, este novo filtro constitucional à luz dos princípios da efetividade e da razoável duração do processo, visando à satisfação dos direitos através da tutela jurisdicional. Consideram-se ainda, os apontamentos críticos perfilhados pela respeitável doutrina processualista e constitucional, bem como a aplicação do instituto pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento de recursos extraordinários. Concluindo-se pela necessidade da repercussão geral como importante meio de efetivar a qualidade da prestação jurídica, barrando recursos protelatórios e promovendo os valores fundamentais salvaguardados na Constituição através da materialização de direitos.

Palavras-chave: Processo civil; Repercussão geral; Recurso extraordinário; Celeridade; Materialização de direitos.

ASPECTS OF THE GENERAL REPERCUSSION FOR THE INTERPOSITION OF EXTRAORDINARY APPEAL AND ITS EFFECTIVENESS INTO THE LAW SYSTEM

ABSTRACT

The present study aims to analyze the general repercussion as a new requirement to the admission of extraordinary appeal contained in § 3 of art. 102 of the Federal Constitution of 1.988, since its formal receiving with the enactment of the Constitutional Amendment 45, until its regulations provided by Law 11.418 of 19/12/2006, which added Articles 543-A and

¹ Advogado e Especializando em Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Contato: deiab@sdvadvogados.adv.br

² Advogado e Especializando em Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Contato: rhenne@rhennehamud.adv.br

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

543-B in the Code of Civil Procedure, providing technical rules for processing appeals and demonstrating the importance of decisions to strengthen the judiciary's in constitutional diffuse control. Then, we analyze this new filter in the light of constitutional principles of the effectiveness and reasonable duration of the process, aiming at the satisfaction of rights through the jurisdictional supervision. It is also considered, the critical notes by the respectable doctrine proceduralist and constitutional, but also the application of the institute by the Federal Supreme Court in the trial of extraordinary appeal. To conclude by the need of general repercussion as an important means to achieve the quality of legal provision, barring procrastinatory appeals and promoting the fundamental values safeguarded in the Constitution through the substantive embodiment of rights.

Keywords: Civil procedure; General repercussion; Extraordinary appeal; Celerity; Embodiment of rights.

INTRODUÇÃO

O instituto da repercussão geral é tema que ainda instiga a opinião dos juristas ao redor do país. A inclusão do instituto no ordenamento jurídico brasileiro, de início através da Emenda Constitucional 45, e após, regulamentada através da Lei 11.418/2006, trouxe certo inconformismo inicial por parte da sociedade jurídica nacional.

Pensou-se, em um primeiro momento, tratar-se de medida com vistas a obstar o pronunciamento judicial sobre direitos constitucionais discutidos pelo controle difuso de constitucionalidade, o que gerou enorme descontentamento, principalmente em face da ideia de “Guardião da Constituição” do Supremo Tribunal Federal conjugado com a inafastabilidade do Poder Judiciário.

De fato, como será objeto de destaque no trabalho, as regras processuais devem ser interpretadas à luz da Constituição Federal de 1988, razão pela qual analisa-se a constitucionalização do processo, no intento de identificar a repercussão geral como uma forma de prestação da tutela jurisdicional efetiva, tal que pretende a Carta Magna.

Explanado isto, será abordado o regramento procedimental recepcionado no Código de Processual Civil, notadamente nos artigos 543-A e 543-B, que definem a possibilidade de admissão do recurso extraordinário pela existência de repercussão geral.

Buscar-se-á a fundamentação principiológica constitucional incidente sobre a repercussão geral, subsumindo-se a temática aos princípios da efetividade da tutela jurisdicional e a razoável duração do processo.

Por fim, demonstrar-se-á a importância da repercussão geral no posicionamento de algumas das grandes vozes da doutrina em cotejo com a jurisprudência do Supremo Tribunal

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Federal, o que possibilitará ao leitor concluir sua interpretação de forma independente e fundamentada.

1 A repercussão geral como requisito para a interposição do recurso extraordinário

1.1 A constitucionalização do processo e a repercussão geral

O crescente número de processos no judiciário brasileiro e a grande quantidade de recursos extraordinários interpostos no Supremo Tribunal Federal não são fenômeno novo, nem tampouco as tentativas de barrar a imensa quantidade destes recursos, através de requisitos processuais como o prequestionamento ou a muito combatida pela doutrina, arguição de relevância³, vigente à época sob a égide da Constituição de 1969, em que o STF funcionava como órgão judicante das questões federais, hoje atribuição do Superior Tribunal de Justiça.⁴

As transformações sociais e econômicas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxeram um novo modo de análise do direito, elegendo a maximização protetiva das relações humanas, abarcando direitos fundamentais norteados pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, de forma democrática e participativa, com vistas à satisfação subjetiva de direitos.

Sendo assim, o processo como instrumento de garantia da jurisdição recebeu novos contornos, observando os princípios contidos no texto da *Norma Mater*, almejando o caráter satisfativo de direitos no cumprimento de sua função social, e, não somente um intrincado conjunto de normas técnicas com um fim em si mesmo.⁵

Destarte, as festejadas mudanças alcançadas com a Constituição Federal de 1988 trouxeram consigo, no passar dos anos, um aumento desproporcional do número de lides num já inchado Órgão Judiciário, visto que o crescimento de demandas questionadas em sede de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal já era historicamente um problema de difícil superação, não sendo solucionado nem mesmo pela antiga arguição de relevância das

³ Em apertada síntese, a arguição de relevância foi criada numa tentativa de conter a grande quantidade de recursos extraordinários que abarrotavam o STF, sendo que para o recurso ser admitido, era necessário aventar a relevância da questão federal, como incidente processual, onde este era distribuído independentemente de sorteio de relator, em sessão secreta, reunindo-se o tribunal que, proferindo a decisão quanto à existência da relevância, publicava-se o resultado em ata, sem que existisse a necessidade de motivação. Tal decisão era irrecurável. ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 3. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011. p. 722.

⁴ *Ibid.*, p. 721.

⁵ LOPES, João Batista; LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Princípio da efetividade. In: LOPES, Maria Elizabeth de Castro; NETO, Olavo de Oliveira (Coords.). **Princípios processuais civis na Constituição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 241-243.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

questões federais, anterior a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o volume de recursos submetidos ao STF sofreu um alargamento no que tange a nova ótica dos direitos e garantias constitucionais, como bem apontam as palavras de Araken de ASSIS:

O quadro posterior à CF/1988 agravou-se, apesar da criação do STJ, tribunal de superposição para julgar as questões federais, e da atribuição do STF da predominante função de controlar a constitucionalidade. Forçoso reconhecer que, sem embargos do progressivo aumento de litígios nas instâncias ordinárias – talvez não mais atribuível ao aumento da população, mas à evolução do ambiente social e econômico – a forma analítica da CF/1988 tornou tais causas potencialmente dotadas de questões constitucionais, cabendo ao STF dirimi-las na órbita do controle difuso, cujo o instrumento de acesso é o recurso extraordinário. (...) Tais fatores comprometeram o funcionamento do STF e o de sua elevada missão constitucional.⁶

Por conseguinte, visando o aprimoramento da tutela jurisdicional, notadamente no âmbito da efetividade, foi promulgada a Emenda Constitucional 45 em 08/12/2004, sendo que dentre as várias mudanças incorporadas ao texto constitucional, uma delas teve o propósito nítido de desafogar a quantidade excessiva de trabalho impostas aos ministros do Supremo Tribunal Federal, dar maior qualidade aos julgados, promover a segurança jurídica e a guarda dos valores constitucionais⁷.

Surge então, um novo filtro constitucional com a adição do §3º, no art. 102 da Constituição Federal relativo à interposição de recurso extraordinário o qual estabelece: “no recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral nas questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-la pela manifestação de dois terços de seus membros”.⁸

1.2 A regulamentação do novo filtro constitucional no código de processo civil

A eficácia do novo requisito dependeria de contornos específicos estabelecidos na lei, sendo assim, a Lei 11.418 de 19/12/2006 acrescentou no Código de Processo Civil a disciplina do novel instituto da repercussão geral nos arts. 543-A e 543-B.

O art. 543-A inseriu no corpo de seu texto os parâmetros de análise do dispositivo constitucional, delineando as hipóteses em que deve ser conhecido o recurso extraordinário

⁶ ASSIS, Araken de. Op. cit., p. 720.

⁷ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos Recursos Cíveis**: teoria geral e recursos em espécie. 4. Ed. Curitiba: Juruá, 2007. p. 400 – 401.

⁸ Id.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

pela existência de repercussão geral e também as hipóteses onde a repercussão geral encontra-se presumida nos valores constitucionais albergados.

O §1º do art. 543-A, afirma que para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

Importante ressaltar, que numa leitura mais apressada do parágrafo em questão, poder-se-ia entender que a relevância da matéria em apreço seria nos aspectos políticos, sociais e econômicos, ou então, somente jurídicos, mas a *mens legis* é no sentido de que os aspectos políticos, sociais, econômicos e jurídicos conjuguem-se entre si para existir a repercussão geral.

Destarte, o conteúdo inserido no §1º merece maiores considerações, visto que é importante balizador das causas atinentes ao controle difuso de constitucionalidade. Nesse sentido, destaca-se a doutrina de Sandro Marcelo KOZIKOSKI:

É preciso pensar, portanto, na perspectiva catalizadora, a partir do impacto de que se revestem as decisões do STF no judiciário brasileiro, o que demandará boa dose de sensibilidade dos integrantes da mais alta Corte Judiciária. Além disso, na operacionalização do novel instituto, é preciso observar ainda o fenômeno da constitucionalização de inúmeros direitos e garantias individuais, na esteira do jogo de forças que culminou na Constituição Federal de 1988.⁹

Dito isto, firmou-se no ordenamento e na jurisprudência pátria que questões atinentes à repercussão geral devem superar o interesse subjetivo do recorrente, visto que a Corte Constitucional não examina questões fáticas e sim os valores constitucionais afrontados, ou seja, tais valores devem ser conjugados de forma a transcender a questão subjetiva atribuída pela parte e ganhar completude geral com reflexos no ordenamento jurídico como um todo, para então merecer o seu conhecimento¹⁰.

Faz-se isto visando às importantes consequências advindas da análise jurídica protagonizada pelos ministros do STF, que da mesma forma repercutirão nas esferas, jurídicas, econômicas, sociais e políticas, em face da seriedade do poder que lhes é concedido, compatibilizando assim, a solução dos problemas constitucionais e conferindo de forma assessoria a tutela de direito material da parte recorrente em caso de provimento do recurso.¹¹

⁹ Ibid., p. 411.

¹⁰ PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Teoria geral do processo civil contemporâneo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p. 250.

¹¹ Id.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Importante salientar que o legislador pátrio forneceu concepções gerais e abrangentes com o objetivo precípuo de conter a avalanche de recursos extraordinários que, por vezes, não teriam o condão de serem analisados pelo STF, porém os critérios gerais estabelecidos não impediram a adoção de um critério positivo fixo, presente no §3º, o qual estabelece: “Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal”.

Quanto ao tema, afirma José Miguel Garcia MEDINA:

Nota-se que neste caso, não precisa demonstrar que a questão ultrapassa os interesses subjetivos da causa, pois, impugnando-se decisão contrária a súmula ou jurisprudência do STF, estabelece a norma que a repercussão geral está *in re ipsa*. Pode-se, de todo o modo, dizer que na hipótese está-se diante de exemplificação de repercussão geral jurídica¹²

Casos como estes, em que o recorrente impugnar uma decisão de tribunal de segunda instância onde a manifestação seja contra súmula ou jurisprudência dominante do STF, presume-se a repercussão. Tal critério positivo denota a própria missão da Corte em manter a última palavra na análise do direito, promovendo a completude homogênea do ordenamento jurídico pátrio visando à segurança do mesmo num aspecto institucional.

1.3 Característica e consequências do processamento

Dentre as especificações do art. 543-A do CPC, o §2º estabelece que o recorrente deve demonstrar a repercussão geral em preliminar do recurso, para a apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal sobre a sua existência.

Sendo assim, surge regramento técnico de juízo de admissibilidade acerca da repercussão geral, onde a competência para a apreciação é exclusiva do STF, ou seja, o juízo “a quo” não está autorizado a fazer tal análise sob pena de usurpação de competência constitucional, cabendo a este somente a constatação da existência da preliminar arguida, com tópico destacado na minuta recursal, pois sua falta configura inépcia do recurso pela inexistência de regularidade formal.¹³

¹² MEDINA, José Miguel Garcia. **Código de processo civil comentado**: com remissões e notas comparativas ao projeto do novo CPC. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011. p. 625.

¹³ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Op. cit., p. 413.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Quanto ao julgamento da repercussão geral, explicita o §4º, do art. 543-A: “Se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário”.

Tal regramento é voltado para o órgão fracionário, sendo assim, o recurso extraordinário é submetido preliminarmente a este e na manifestação favorável de 4 (quatro) ministros dos 5 (cinco) que compõe a Turma, dispensa-se o exame no plenário, permitindo o prosseguimento para a análise do mérito do recurso, sendo que essa medida é nitidamente propositada no sentido de diminuir a movimentação processual no STF.¹⁴

Importa ressaltar outra medida impeditiva e de economia processual na apreciação dos recursos extraordinários, disposta no § 5º do art. 543-A.

Quando julgada a inexistência da repercussão geral pelo quórum qualificado, essa decisão terá validade sobre todos os outros recursos em matérias idênticas, que serão indeferidos liminarmente, pois estarão prejudicados, salvo ulterior revisão de tese pelo STF.

Dada a relevância das questões constitucionais e, por vezes, técnicas a ponto de merecerem ponderações mais aprofundadas, o §6º do mesmo artigo estabelece: “O Relator, poderá admitir, na análise de repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”.

Por fim, o §7º estabelece que a Súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, devendo ser publicada no Diário Oficial valendo como acordão, respeitando assim a publicidade das decisões judiciais.

Passando para a análise do art. 543-B, novamente foi prevista a necessária contenção da multiplicidade de recursos em matérias idênticas mandados ao STF, o que despenderia muito tempo e gastos do limitado erário público.

Sendo assim, como regra estrategicamente inteligente, o legislador estabeleceu no §1º: “Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte”.

Conforme tal parágrafo, o tribunal “a quo” selecionará um ou alguns casos mais representativos atinentes à repercussão geral e encaminhará à apreciação do STF, que na análise do caso, sendo denegatória a repercussão, todos os recursos sobrestados serão

¹⁴ Ibid., p. 414-415.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

automaticamente inadmitidos nos termos do §2º, ou seja, demonstra-se a existência nítida de uma vinculação as decisões do STF.¹⁵

De todo modo, constatada a repercussão geral e analisado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados em seus Tribunais, Turmas Recursais e Turmas de Uniformização, que poderão retratar-se ou declará-los prejudicados. Caso seja mantida a decisão e admitido o recurso, o STF poderá reformar ou cassar liminarmente o acórdão contrário à orientação deste, nos termos dos § 3º e 4º do art. 543-B.

Sendo assim, percebe-se que as mudanças relacionadas ao recurso extraordinário, recepcionadas pela Constituição através da Emenda Constitucional 45, trouxeram um filtro constitucional de grande importância na tentativa de impor celeridade aos processos, diminuir o acúmulo de trabalho, buscar uma análise qualitativa das causas de grande repercussão e promover a segurança jurídica.

2 A repercussão geral sob o prisma da efetividade da tutela jurídica e a razoável duração do processo

2.1 A função dos princípios no ordenamento jurídico pátrio

A reaproximação do direito e da ética, fruto dos ideais pós-positivistas, trouxe a incorporação de valores, princípios e regras que transcenderam o pensamento filosófico e foram incorporados gradativamente a textos com unidade e, principalmente, força normativa no chamado fenômeno da constitucionalização.¹⁶

Sendo assim, a Constituição passou a ter papel centralizador de objetivos a serem alcançados pelo Estado, com ideais de justiça e realização de direitos por meio da aplicabilidade das regras e dos princípios eleitos por esta.

Cumprir notar que a regra tem por característica aspectos de objetividade, firmando comandos de uma ação ou uma abstenção detalhada, onde seu descumprimento gera consequências delimitadas por esta mesma regra, diferindo, portanto, das características presentes nos princípios.¹⁷

¹⁵ MEDINA, José Miguel Garcia. Op. cit., p. 628.

¹⁶ BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional**: tomo III. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 12-13.

¹⁷ Ibid., 15.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Por conseguinte, os princípios numa sociedade democrática direito, denotam um norte a ser seguido, e, permeados pela abstração que oferecem, são de grande valia para dar forma ao ordenamento jurídico como um todo homogêneo, voltado para a realização de valores justos e dignos em busca da materialização de direitos conquistados.

É neste sentido que os princípios devem ser absorvidos como normas fundamentais, pois a dialética entre os princípios e demais normas, tem o condão de fixar aspectos indissociáveis na operacionalização do direito.

Compartilhando deste entendimento, ressalta Nelson Nery Junior: “Em concreto pode se dizer: são direitos positivos, ainda que não sejam normas (rules) prontas, precisas e independentes do direito, os chamados pensamentos jurídicos gerais, as *rationes legis*, os princípios valorativos e construtivos de um sistema”¹⁸.

Sendo assim, a CF de 1988, voltada para a promoção de um ideal satisfativo, de busca incessante de direitos em prol do princípio maior da dignidade da pessoa humana, trouxe uma nova concepção principiológica de processo, deixando para trás o caráter unicamente instrumental e passando albergá-lo como instrumento satisfativo de direitos.

2.2 O princípio da efetividade e a constitucionalização do processo

A eficácia do ponto de vista jurídico, analisa o resultado de uma norma existente e válida para o ordenamento, ou seja, é o objetivo que o legislador almejou no momento de sua feitura, o resultado positivo de um momento conquistado pela sociedade em prol da realização de direitos.

Corroborando esse pensamento, assinala Luís Roberto BARROSO:

A idéia de efetividade expressa o cumprimento da norma, o fato real de ela ser aplicada e observada, de uma conduta humana se verificar na conformidade de seu conteúdo. Efetividade em suma, significa a realização do Direito, o desempenho concreto de sua função social. Ela representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social¹⁹.

Sendo assim, o princípio da eficácia teve grande respaldo pelo legislador constituinte de 1988, atento a uma sociedade carente de democracia participativa, ofereceu a esta, a

¹⁸ JUNIOR, Nelson Nery. Op. cit., p. 34.

¹⁹ BARROSO, Luís Roberto. Op. cit., p. 71.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

possibilidade de uma Constituição de normatividade plena e imediata, dogmática e institucional, fortalecendo assim o papel do Poder Judiciário na concretização dos valores sociais e salvaguarda de direitos.²⁰

Desse modo, as normas contidas na Constituição foram assimiladas com grande rapidez no ideário social, permanecendo firme a ideia de que o conteúdo de seu texto comporta regras, normas, princípios e valores que devem ser observados, assegurados e implementados de maneira perene, num exercício de vontade política, cidadania, senso de realidade e técnica legislativa em constante debate, visando o fim comum do bem-estar da sociedade e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.²¹

É a partir do princípio da efetividade que se busca o crescimento social com ideais de justiça e direito, sendo que a constitucionalização do processo civil foi um grande marco na vontade de Constituição, na instrumentalização de normas processuais permeadas pelos princípios constitucionais em convergência, visando à tutela efetiva de direitos, oferecendo proteção e amparo daqueles que necessitam do aparelho estatal para lutarem por sua defesa.²²

Nesse sentido, os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da razoável duração do processo e do direito de ação, estão todos interligados visando à satisfação da sociedade, proporcionando bases para que o Estado cumpra com o seu dever de prestação da tutela efetiva de direitos e então materialize o princípio da efetividade, demonstrando o funcionamento harmônico dos valores albergados na Constituição.

Sendo assim, as modificações advindas da Emenda Constitucional 45, vieram a reforçar a visão do processo como meio efetivo do reconhecimento da segurança jurídica, de um ideal maior de justiça por meio da entrega da tutela específica aos sujeitos de direito, oferecendo armas à sociedade para que o Estado através do Poder Judiciário seja constantemente fiscalizado, e, caso exista abuso ou descaso, seja responsabilizado pela mesma sociedade que lhe dá legitimidade.

2.3 O princípio da razoável duração do processo e sua influência sobre a repercussão geral

²⁰ Ibid., p. 76.

²¹ Ibid., p. 71.

²² LOPES, João Batista; LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Op. cit., p. 241.

A repercussão geral moldada pelo legislador pátrio visando desafogar o excesso de recursos extraordinários no STF trouxe um novo paradigma ao sistema processual civil, norteado pela Emenda Constitucional 45, elevando ao nível constitucional o princípio da razoável duração do processo, acrescentando-o aos direitos fundamentais no art. 5º, inciso LXXVIII, nos seguintes termos: “A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Tal princípio é considerado um desdobramento do princípio do direito de ação insculpido no art. 5º, inciso XXXV, fundamentando o direito de buscar a atividade jurisdicional do Estado, como um direito público subjetivo, e também, de dar a possibilidade daquele contra quem se dirige a ação de defender-se nos moldes previamente estabelecidos em lei.²³

Conforme explicitado, o direito de ação salvaguardado na Constituição Federal tem sua funcionalidade na estrutura judiciária com vistas à efetivação de direitos, tornando-se consequência lógica a prestação jurídica célere das tutelas. Nesse sentido, a razoável duração do processo permanece como um complemento do direito de ação que deve ser observado, sob pena de um esvaziamento do conteúdo normativo da Constituição face à frontal violação de um direito fundamental.

Portanto, a razoável duração, em termos processuais, deve ser lida com cuidado para que não surjam distorções comuns baseadas em falsas premissas, despidas do critério da razoabilidade, pois não se pode apontar um tratamento estanque do que seria razoável, sem objetividade em sua busca.²⁴

Estabelecendo critérios objetivos de análise processual, Nelson Nery JUNIOR, afirma serem:

- a) a natureza do processo e complexidade da causa; b) o comportamento das partes e de seus procuradores, c) a atividade e o comportamento das autoridades judiciárias e administrativas competentes; d) a fixação legal dos prazos para a prática de atos processuais que assegure efetivamente o direito ao contraditório e a ampla defesa”.²⁵

²³ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 431.

²⁴ JUNIOR, Nelson Nery. **Princípios do processo na Constituição Federal**: processo civil, penal e administrativo. 9. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2009. p. 315.

²⁵ Id.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Dito isto, deve existir a celeridade da tutela, mas com a cautela necessária para que a rapidez em resolver as questões de direito não venham a se transformar em injustiça e insegurança jurídica não só para a sociedade como para o próprio ordenamento.

Sendo assim, o princípio da razoável duração do processo deve ser sopesado com a realidade vivida pelo Poder Judiciário, que demonstra nítidos traços de uma crise estrutural, onde a morosidade é só uma de suas facetas, pois aliam-se a esta, outras questões que fogem da alçada estritamente jurídica, necessitando do auxílio dos outros Poderes do Estado na promoção das reformas necessárias. De todo modo, a busca da solução para o problema deve ser o norte da atuação estatal, visando o fortalecimento do Poder Judiciário e a restauração da confiança da sociedade no mesmo.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional 45, que acrescentou o § 3º ao artigo 102 da Constituição Federal, trouxe importante inovação ao recurso extraordinário, através da filtragem constitucional com o propósito de barrar os recursos protelatórios, repetitivos, ou que não tenham a relevância jurídica para o julgamento das questões constitucionais pela via difusa, diminuindo assim, o excesso de trabalho a que são submetidos os ministros do STF, na tentativa de promover a qualidade judicante que se espera da cúpula do Poder Judiciário do Estado.²⁶

Por conseguinte, dentre as medidas necessárias para uma justiça mais célere, a repercussão geral demonstra-se em harmonia com os anseios de um Estado que elevou ao patamar dos direitos fundamentais o princípio da razoável duração do processo visando à satisfação dos interesses da sociedade na promoção da justiça e da paz social em tempo hábil para o gozo de direitos em sua plenitude.

3 A doutrina crítica e o posicionamento da jurisprudência

3.1 Aspectos doutrinários sobre a repercussão geral

Delineada a noção geral e uniformizadora do instituto, bem como suas regras procedimentais, cumpre vislumbrar como interpretam algumas das grandes vozes da doutrina mais destacada a respeito do tema.

Quanto à exegese das normas à luz da Constituição, Luís Roberto BARROSO entende que:

²⁶ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Op. cit., p. 409.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

(...) a interpretação da legislação infraconstitucional é, cada vez mais, um mecanismo de concretização dos valores constitucionais, sobretudo pela proliferação de cláusulas abertas. (...).²⁷ Para ele, notadamente no que toca à demonstração de ofensa direta à Constituição, o instituto da repercussão geral: “(...) pode até continuar desempenhando papel indicativo, mas não deve servir como barreira absoluta quanto haja questões fundamentais em jogo”.²⁸

Sandro Marcelo KOZIKOSKI define que a repercussão geral há de ser interpretada sobre a ótica do controle de constitucionalidade e destaca um novo norte no ordenamento jurídico pátrio, conforme afirma: “(...) é possível concluir que há uma tendência no fortalecimento dos mecanismos de controle na *via concentrada*, em detrimento do emprego da *via difusa*”.²⁹

Luiz Guilherme MARINONI e Sérgio Cruz ARENHART, apontam que os problemas trazidos pela antiga argüição de relevância serão os mesmos apresentados pela Repercussão Geral, e anunciam: “Em razão disso, pode-se prever que os mesmos problemas antes enfrentados com a questão da argüição de relevância serão hoje sentidos com a questão de “repercussão geral”, notadamente em razão do caráter aberto dos parâmetros utilizados para sua conceituação (questões relevantes econômicas, políticas, sociais ou jurídicas)”.³⁰

Os juristas paranaenses, acerca do trabalho a ser exercido pela Suprema Corte, apontam: “(...) jamais será possível ao STF delinear, em abstrato e para todos os casos, o que é questão constitucional de repercussão geral, pois essa fórmula é dependente das circunstâncias concretas – sociais e políticas – (...)”.³¹

Em consonância com a majoritária doutrina, o promotor Carioca Humberto Dalla Bernardina de PINHO, defende o binômio relevância e transcendência para a aplicação da repercussão geral, quando leciona: “A Relevância está coligada aos pontos políticos, econômicos, social e jurídico; a transcendência está ligada ao poder de transcender além dos interesses subjetivos das partes na causa. (...)”.³²

O professor Araken de ASSIS, em seu Manual de Recursos, demonstra amplamente a posição doutrinária estrangeira, para defender que as disposições pertinentes à repercussão geral, ou institutos congêneres mundo afora, utilizam-se de regras elásticas, apesar da

²⁷ BARROSO, Luís Roberto. Op. cit., p. 102.

²⁸ Id.

²⁹ KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. Op. cit., p. 407.

³⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil: processo de conhecimento**. v. 2. 7. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008, p. 576.

³¹ Id.

³² PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Op. cit., p. 250.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

previsão única, do artigo 543-A, §3º, do nosso Código de Processo Civil. Assim, elenca o ilustre jurista, exemplos para a aplicação do instituto, como vemos:

Configurar-se-á relevância econômica nas causas que envolverem o sistema financeiro; política, nos litígios em que figurar organismo estrangeiro; jurídica, nas causas versando institutos básicos, como a proteção ao direito adquirido; social, nas causas envolvendo direitos dessa natureza (por exemplo, a moradia) e nas ações coletivas (por exemplo, a legitimidade do Ministério Público).³³

Observa-se um consenso doutrinário na importância do instituto, todavia é uníssono que serão encontradas dificuldades de aplicação prática do mesmo ao longo dos anos, pois apesar de reconhecida a necessidade de relevância e transcendência para o recurso extraordinário ter seu mérito apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, é certo que muitas questões polêmicas serão objeto de tensão frente ao novo filtro constitucional e seus conceitos abertos.

3.2 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as estatísticas recentes

Demonstrados os posicionamentos da doutrina, cumpre analisar a posição adotada na prática pelo Excelso Pretório. De fato, os objetivos anteriormente expostos sobre a repercussão geral encontram-se na página do sítio virtual do Supremo Tribunal Federal, como vemos:

Delimitar a competência do STF, no julgamento de recursos extraordinários, às questões constitucionais com relevância social, política, econômica ou jurídica, que transcendam os interesses subjetivos da causa.
Uniformizar a interpretação constitucional sem exigir que o STF decida múltiplos casos idênticos sobre a mesma questão constitucional.³⁴

Podemos verificar, portanto, a intenção da Corte em manter sua missão de Guarda da Constituição, uniformização da jurisprudência quanto às questões de direito e a economia processual.

³³ ASSIS, Araken de. Op. cit., p. 725-727.

³⁴ **Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral. Apresentação do Instituto. Finalidades.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=apresentacao>> Acesso em 20 de novembro de 2011.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

Interessante observar a atribuição conferida à Corte para determinar em que casos há efetivamente repercussão geral e em que casos esta não se faz presente, trazendo assim a guisa de exemplificação algumas matérias que geraram discussão.

Veja-se, nesse sentido, o acórdão 2.787, em que não fora reconhecida a repercussão geral, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, no que toca os requisitos para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita para pessoas jurídicas de relatoria do Eminentíssimo Ministro Carlos Alberto Menezes DIREITO:

EMENTA PROCESSUAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOAS JURÍDICAS. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

(...)No mérito, alega violação dos incisos XXXIV, LV e LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, uma vez que “a obtenção da gratuidade de justiça se dá mediante apenas a simples afirmação de hipossuficiência, a qual torna-se hábil para garantir a sua obtenção, independente do solicitante ser pessoa física ou jurídica” (fl. 76).

(...)Manifesto-me no sentido de não haver repercussão geral da questão constitucional objeto do presente recurso extraordinário, haja vista que a matéria referente aos requisitos exigidos para a concessão da assistência judiciária gratuita às pessoas jurídicas, qualquer que seja o entendimento assentado nas demais instâncias, não repercutirá política, econômica, social ou juridicamente na sociedade como um todo, limitando-se, no máximo, ao pequeno universo dessas pessoas que deduzem essa questão em Juízo. Não se trata, nem mesmo, de dizer se o benefício da assistência judiciária é aproveitável pelas pessoas jurídicas, mas se é necessária a comprovação da insuficiência de recursos para que estas façam jus ao referido benefício.(...)³⁵

Efetivamente, o Ministro Menezes Direito entendeu na ocasião que há ausência de relevância na matéria, uma vez que a análise dos requisitos para a concessão do benefício será objeto de argumentação somente quando a pessoa jurídica não demonstrar, pela via documental, a ausência de recursos financeiros. Assim, tampouco a transcendência da questão seria imposta visto que atingiria uma parcela ínfima de pessoas e desde que colocassem tal questão sob análise.

Colaciona-se então, um importante caso em que a repercussão geral foi reconhecida, no acórdão 1.686, em que o Supremo Tribunal Federal admitiu a existência de controvérsia acerca da obrigatoriedade do Poder Público fornecer medicamento de alto custo.

Em sua decisão, assim se manifestou o Ministro Marco Aurélio de MELLO:

³⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 589.490-8 RG/MG. Construtora Engenharia Total Ltda. e Irmãos Aleixo Empreendimentos Ltda. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Menezes Direito. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 182 em 26 de setembro de 2008. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=551237>> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

REPERCUSSÃO GERAL – COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO – ADMISSIBILIDADE – ASSISTÊNCIA À SAÚDE – FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO – EXTRAORDINÁRIO DO ESTADO.

(...)Em síntese, questiona-se, no extraordinário, se situação individual pode, sob o ângulo do custo, colocar em risco o grande todo, a assistência global a tantos quantos dependem de determinado medicamento, de uso costumeiro, para promover a saúde ou minimizar sofrimento decorrente de certa doença.(...)³⁶

Os acórdãos expostos nesse estudo demonstram que o STF, como Guardião da Constituição, é o único órgão competente para apreciar a existência ou não de controvérsia que apresente repercussão geral. Porém, deve ser levado em consideração que tais decisões dependem de esforço conjunto e responsabilidade não só dos julgadores, mas dos operadores do direito como um todo para que o Poder Judiciário possa evoluir no sentido da efetividade e qualidade da prestação jurisdicional.

No que toca à razoável duração do processo, espera-se que, o aperfeiçoamento da repercussão geral, culmine numa diminuição de recursos extraordinários a serem julgados, possibilitando uma prestação célere da justiça.

Nesse sentido, vale anunciar que a esperança anunciada, vem se concretizando paulatinamente, pois conforme dados fornecidos pela Revista da Repercussão Geral³⁷, publicada em março de 2010, os números demonstram que o objetivo imediato foi atingido, visto que no ano de 2008, entre recursos extraordinários e agravos, foram autuados 59.314 processos, ao passo que em 2009 foram autuado 32.649 processos.

Já com relação ao ano de 2010, com dados atualizados até 31/03/2011, dos 17.321 processos autuados, apenas 9.340 foram efetivamente distribuídos, o que representa o não reconhecimento de repercussão geral em 7.891 casos.³⁸

Desse modo, resta saber se o objetivo mediato será atingido, observando na evolução do tempo e nos anseios da sociedade a promoção da justiça em harmonia com os fundamentos constitucionais, visando à tutela efetiva do direito material aliada a segurança jurídica.

³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 566.471-6/RN. Estado do Rio Grande do Norte e Carmelita Anunciada de Souza. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Marco Aurélio de Mello. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 157 em 07 de dezembro de 2007. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=499864>> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

³⁷ Supremo Tribunal Federal. Gabinete da Presidência. **Repercussão Geral**: com dados atualizados até 19 de abril de 2010. Anexo 6. Março de 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio>> Acesso em: 20 de novembro de 2011.

³⁸ Id., fl. 100.

CONCLUSÃO

Sob a ótica da Constituição Federal de 1988, o norte da atuação jurisdicional é a satisfação de direitos e a materialização das normas constitucionais, sendo assim, o processo tornou-se instrumento indispensável para efetivar a tutela jurisdicional, o que culminou na promulgação da Emenda Constitucional 45, fundando as bases para o que se chamou de constitucionalização do processo.

Dentre as mudanças promovidas pela emenda, a repercussão geral foi acrescentada ao §3º, no art. 102 da Constituição Federal trazendo um novo filtro constitucional como requisito para a admissão do recurso extraordinário, onde as questões constitucionais devem apresentar repercussão geral para que sejam analisadas.

Tal requisito foi regulamentado pela Lei 11.418 de 19/12/2006, acrescentando os artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil, que delinearão conceitos abertos na definição das questões que demonstrem relevância e transcendência passíveis de análise pelo STF na admissão do recurso extraordinário.

Sendo assim, tais conceitos vêm exercendo dupla função principiológica, ao concretizar os princípios da efetividade da tutela jurídica e a razoável duração do processo com vistas ao cumprimento dos direitos e garantias contidos na *Norma Mater*.

Sob enfoque mais pragmático, através dos números fornecidos pelo STF, verifica-se que, paulatinamente, a Corte vem reduzindo o volume de trabalho, o que por certo, trará maior qualidade jurídica no julgamento das questões constitucionais.

Percebe-se, pelo presente estudo, que a repercussão geral trouxe para o ordenamento jurídico pátrio um instrumento importante para desafogar a grande quantidade de recursos extraordinários que transitavam pelo Supremo Tribunal Federal, oferecendo maior celeridade à prestação jurisdicional, promovendo uma nova visão dos valores constitucionais e efetivando as garantias processuais na tutela de direitos através do controle constitucional pela via difusa.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 3. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. O começo da história. A doutrina brasileira da efetividade. In: _____. **Temas de direito constitucional**: tomo III. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 61-77.

BARROSO, Luís Roberto. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: _____. **Temas de direito constitucional**: tomo III. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 3-59.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 566.471-6/RN. Estado do Rio Grande do Norte e Carmelita Anunciada de Souza. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Marco Aurélio de Mello. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 157 em 07 de dezembro de 2007. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=499864>> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 589.490-8 RG/MG. Construtora Engenharia Total Ltda. e Irmãos Aleixo Empreendimentos Ltda. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Menezes Direito. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 182 em 26 de setembro de 2008. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=551237>> Acesso em: 23 de novembro de 2011.

RIBEIRO. Paulo Alexandre Becher Deiab; HAMUD. Rhenne Hamud. Aspectos da repercussão geral para interposição do recurso extraordinário e sua eficácia no ordenamento jurídico. *ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET*. Curitiba. Ano III, nº 7, p. 116-134, jan/jun. 2012, ISSN 2175-7119.

JUNIOR, Nelson Nery. **Princípios do processo na Constituição Federal**: processo civil, penal e administrativo. 9. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2009.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. **Manual dos recursos cíveis**: teoria geral e recursos em espécie. 4. Ed. Curitiba: Juruá, 2007.

LOPES, João Batista; LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Princípio da efetividade. In:_____. LOPES, Maria Elizabeth de Castro; NETO, Olavo de Oliveira (Coords.). **Princípios processuais civis na Constituição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 241-253.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Código de processo civil comentado**: com remissões e notas comparativas ao projeto do novo CPC. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Teoria geral do processo civil contemporâneo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de processo civil**: processo de conhecimento. v. 2. 7. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Gabinete da Presidência. **Repercussão Geral**: com dados atualizados até 19/04/2010. Anexo 6. Março de 2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeralRelatorio>> Acesso em 20 de novembro de 2011.